

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Amapá - CAU/AP**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Avenida Anhanguera, 1.508, Cep 68902-860, Buritizal, Macapá-AP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de janeiro de 2017, por meio da Deliberação da 61ª Plenária 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 10*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 14*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU-BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Houve reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 167.270,05, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR.

Quanto a necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD e nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do percentual de PCLD.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|--|-------------|
| Máquinas e equipamentos | 10 |
| Veículos | 5 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 |
| Utensílios de copa e cozinha | 10 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O superávit patrimonial do exercício 2016 fechou num alto valor por motivos de reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 167.270,05, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Caixa | - | - |
| Banco conta movimento | - | 0,62 |
| Aplicações financeiras | 812,34 | 708,76 |
| | <u>812</u> | <u>709</u> |



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------|-------------|
| Contas a receber de anuidades | 167,27 | - |
| (-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | - | - |
| | <u>167</u> | <u>-</u> |
| Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer: | | |
| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
| A vencer | | |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | - | - |
| De 31 a 60 dias | - | - |
| De 61 a 90 dias | - | - |
| De 91 a 180 dias | 167,27 | - |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | - | - |
| | <u>167</u> | <u>-</u> |

A Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD, não há critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do % de PCLD.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Adiantamento concedido a pessoal | 2,98 | - |
| Tributos a recuperar | - | 3,2 |
| | <u>3</u> | <u>3</u> |



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

8. Estoques

| | 2016 | 2015 |
|------------------------|------|------|
| Material de escritório | - | - |
| Material de limpeza | - | - |
| Outros materiais | - | - |
| | - | - |

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

| | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|--------|-------|
| Imprensa Nacional | 0,72 | - |
| Outras despesas antecipadas | - | 0 |
| | 1 | - |
| Circulante | 983,32 | 712,6 |
| Não circulante | 89,11 | 84,69 |
| | 1.072 | 797 |

10. Imobilizado

| | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | |
|---|-------|--------------------------|---------|-------|
| | | | 2016 | 2015 |
| Móveis e utensílios | 24,57 | 5,94 | 18,63 | 17,11 |
| Máquinas e Equipamentos | 17,97 | 2,7 | 15,27 | 3,56 |
| Utensílios de Copa e Cozinha | 5,91 | 1,25 | 4,66 | 5,17 |
| Veículos | 74,49 | 41,34 | 33,14 | 46,56 |
| Equipamentos de Processamento de Dados | 33,55 | 16,15 | 17,39 | 12,31 |
| Total | 156 | 67 | 89 | 85 |

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:
Movimentação do ativo imobilizado:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

| Controladora | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Depreciação | 31.12.2016 |
|--|-------------------|----------------|---------------|--------------------|-------------------|
| Móveis e utensílios | 21,12 | 3,45 | - | 5,94 | 19 |
| Máquinas e Equipamentos | 5,37 | 12,64 | - | 2,7 | 15 |
| Utensílios de Copa e Cozinha | 5,87 | - | - | 1,25 | 5 |
| Veículos | 74,49 | - | - | 41,34 | 33 |
| Equipamentos de Processamento e Dados | 23,89 | 9,66 | - | 16,15 | 17 |
| Total | 131 | 26 | - | 67 | 89 |

11. Intangível

| | 2016 | 2015 |
|--------------------|-------------|-------------|
| Softwares | - | - |
| Outros intangíveis | - | - |
| | - | - |

12. Fornecedores a pagar

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Prestação de serviço | - | - |
| Fornecedor de materiais | 0,5 | 5,16 |
| Outros fornecedores | - | 13,43 |
| | 1 | 19 |

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------|-------------|-------------|
| A vencer | | |
| Vencidos: | - | - |
| Até 30 dias | 0,5 | 18,6 |
| De 31 a 60 dias | - | - |
| De 61 a 90 dias | - | - |
| De 91 a 180 dias | - | - |
| | <u>1</u> | <u>19</u> |

13. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------|-------------|
| Salários e encargos sociais | - | - |
| Provisão para férias e encargos sociais | 39,12 | 24,54 |
| IRRF a recolher | - | - |
| PIS e COFINS a recolher | - | - |
| Outros impostos a recolher | - | - |
| | <u>39</u> | <u>25</u> |
| Passivo circulante | 39,62 | 43,14 |
| Passivo não circulante | - | - |
| | <u>40</u> | <u>43</u> |

14. Provisão para riscos processuais

Conforme memorando nº 001/2017 – Assessoria Jurídica, não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

15. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-UF, sendo concedido o valor de R\$ 69.935,00 (sessenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais) em 2016.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

16. Despesas por natureza

| <u>Classificação por natureza</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 479 | 363 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 465 | 311 |
| Investimentos | 31 | 12 |
| Inversões Financeiras | - | - |
| Amorização da Dívida | - | - |
| Reserva de Contingencia | - | - |
| | <u>974</u> | <u>686</u> |

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

| <u>Resultado Patrimonial</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------|-------------|
| Varição Patrimonial Aumentativa (Receita) | 1.250 | 820 |
| (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) | 973 | 694 |
| (=) Superávit Patrimonial apurado | <u>277</u> | <u>125</u> |
| <u>Resultado Orçamentário</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 1.082 | 810 |
| (-) Despesas Empenhadas | 974 | 686 |
| (=) Superávit Orçamentário Apurado | <u>108</u> | <u>124</u> |
| <u>Resultado Financeiro</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
| Saldo Disponível Apurado | 812 | 709 |
| (-) Passivo Financeiro | 56 | 57 |
| (=) Superávit Financeiro Apurado | <u>757</u> | <u>652</u> |



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|-------------------------|---|---------------------------------|
| Complexo das atividades | Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos | - |
| Veículos | Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo | 43 |
| Responsabilidade civil | Responsabilidade civil | - |
| Lucros cessantes | Não realização de lucros decorrentes de danos materiais | - |
| | | 43 |

19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Macapá/AP, 31 de dezembro de 2016.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil CAU-AP
CRC-TO 004769/O-2

Eumenides de Almeida Mascarenhas
Presidente do CAU-AP